

Representações sociais sobre a violência em egressos do sistema prisional

Thalita Mara Santos

Graduada em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Uberlândia (2011). Mestranda em Psicologia Aplicada - Linha de Pesquisa: Psicopatologia, Psicanálise e Cultura pela Universidade Federal de Uberlândia. Psicóloga Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. thalitapsico@yahoo.com.br

Eleusa Gallo Rosenberg

Possui formação e licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1993). Mestrado com área de concentração na Saúde da Comunidade, pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (2002). Doutorado em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP (2011). Atualmente é docente da graduação em Psicologia da Faculdade Pitágoras-Uberlândia/MG. eleusarosenburg@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar aspectos das vivências, especialmente aquelas relacionadas às situações de violência, dos egressos do sistema prisional da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, e conhecer as representações sociais dos entrevistados sobre violência. A unidade de pesquisa abarcou oito egressos prisionais atendidos pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) de Uberlândia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o registro de áudio das respostas, sendo discutidos a naturalização da violência na infância como forma de cuidado, o processo de socialização da violência no espaço escolar e a convivência no ambiente penal marcada pela via da violência. Por fim, analisam-se como se representa socialmente o fenômeno da violência e a sua relação com tráfico e consumo de drogas, bem como as experiências dos egressos com diversos tipos de agressões.

Palavras-Chave

Representações sociais; violência; egressos prisionais.

Violência e criminalidade

O termo “violência” engloba uma grande variedade de sentidos e constitui um fenômeno complexo que passa a sociedade e encontra expressividade nas relações humanas. Etimologicamente, essa expressão provém do latim *violentia*, que significa forçar, coagir, exercer violência sobre (CUNHA, 1997).

Sob determinada ótica, a violência está relacionada com a desintegração do poder; por conseguinte, ela seria o resultado da impotência diante das diversas situações de opressão. “O decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência” (ARENDRT, 2009, p. 12). Na perspectiva do processo histórico civilizatório, Freud (1996) aponta o fenômeno da sublimação como possibilidade de canalização e enfrentamento da violência para fins de valor social.

Os fenômenos violentos ocorrem em diversos contextos e diferentes modalidades que podem afetar os seres humanos em qualquer etapa do seu ciclo vital, provocando inúmeras consequências. Seria precipitado associar a violência a grupos específicos sem uma análise crítica das dimensões sociais, culturais e históricas envolvidas no processo de construção das ações violentas. No entanto, quando se refere a pessoas que passaram pelo sistema prisional, é comum identificá-las apenas como atores da

violência, sem levar em consideração que, em muitos casos, suas histórias de vida antes, durante e após o aprisionamento são marcadas também pela existência da violência.

Nesse entremeio, o fenômeno da criminalidade configura-se no recrutamento de uma circunscrita população dos estratos sociais inferiores que estão distantes do acesso, inclusão e permanência a recursos como educação, emprego e saúde (BARATTA, 2002).

Conforme os dados do Ministério da Justiça, em junho de 2012, o Estado de Minas Gerais contava com uma população carcerária de 51.900 presos, sendo 48.875 homens e 3.025 mulheres. Do total de presos, 14.164 se encontravam na faixa etária entre 18 e 24 anos; a maioria (26.235) possuía apenas o ensino fundamental incompleto, e 1.574 eram analfabetos. Com relação à cor de pele/etnia, 14.461 eram brancos; 9.136, negros; 21.049, pardos; 1.177, amarelos e 475 apresentavam outras denominações (BRASIL, 2012).

Sobre os dados demográficos, Adorno (1996) aponta que a exclusão social é reforçada pelo preconceito em relação aos cidadãos negros, e frequentemente a discriminação socioeconômica associa-se à racial. A criminalidade não permeia somente o mundo dos pobres e negros, mas os mecanismos punitivos os atin-

gem, principalmente, pois “[...] se o crime não é privilégio da população negra, a punição parece sê-lo” (ADORNO, 1996, p.1).

Na prisão ocorre um processo de socialização negativa, em que os indivíduos são despojados dos seus bens pessoais e submetidos a uma identidade coletiva, na maioria das vezes, marcada pela violência (BARATTA, 2002). Após a saída do sistema carcerário, as marcas do aprisionamento permanecem com os egressos ao se depararem com situações preconceituosas diante daqueles que ainda o condenam.

Considera-se que o termo “violência” implica tanto as dimensões do âmbito individual quanto o campo das relações sociais localizadas num tempo e espaço, construído sócio, político e culturalmente. Diante disso, o presente trabalho pretende responder o seguinte questionamento: quais as representações sociais sobre violência das pessoas que passaram pela experiência do cárcere? Nessa perspectiva, destaca-se que a representação social é “[...] uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Além disso, a teoria das representações sociais analisa a sociedade em suas transformações constantes com as elaborações dos objetos sociais.

Método

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a unidade de pesquisa abarcou oito egressos do sistema prisional da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, que, na ocasião da entrevista, estavam em cumprimento do Regime Aberto ou Livramento Condicional e são atendidos

pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) de Uberlândia – Secretaria de Estado de Defesa Social – Superintendência de Prevenção à Criminalidade – Centro de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia. O PrEsp é um programa do governo do Estado de Minas Gerais que está presente em 11 municípios mineiros.

Os entrevistados têm entre 21 e 36 anos de idade, escolaridade que varia do ensino fundamental incompleto (6º ano) ao ensino médio completo. Três deles, no momento da entrevista, responderam que estavam desempregados. O período de reclusão no sistema carcerário dessas pessoas varia de quatro meses a sete anos, dependendo do tipo de delito de cada uma. Foram incluídos nesta pesquisa indivíduos condenados por porte ilegal de armas, tráfico de drogas, furto, roubo e roubo com formação de quadrilha. Os nomes utilizados na caracterização dos sujeitos são fictícios para preservar sua identidade.

As entrevistas ocorreram nos meses de fevereiro e março de 2011, quando compareceram os egressos ao Centro de Prevenção à Criminalidade de Uberlândia para acolhimento e realização da entrevista psicossocial pela equipe do PrEsp. A equipe é formada por profissionais de Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais e Direito, além de contar com estagiários de cada área, compondo uma equipe multi e interdisciplinar.

Os egressos convidados que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para garantir o caráter voluntário da participação, assim como o respeito às normas éticas que norteiam a realização de pesquisas com seres humanos.

Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados

NOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	TEMPO DE RECLUSÃO	TIPO DE DELITO
Jorge	28 anos	Ensino médio incompleto	Conferente de mercadorias	2 anos e 10 meses	Tráfico de drogas
José Carlos	26 anos	Ensino médio completo	Serralheiro e pintor	1 ano e 15 dias	Roubo
Clara	21 anos	Ensino médio incompleto	Faxineira	4 meses	Furto
Carlos	25 anos	Ensino médio completo	Desempregado	47 dias	Porte ilegal de armas
Marcos	27 anos	Ensino fundamental incompleto	Atendente	5 anos e 9 meses	Tráfico de drogas
João	27 anos	Ensino médio incompleto	Desempregado	7 anos	Roubo e formação de quadrilha
Paulo	27 anos	Ensino fundamental incompleto	Desempregado	4 anos e 9 meses	Roubo
Ricardo	36 anos	Ensino fundamental completo	Serviços gerais	4 anos	Furto

Fonte: elaboração própria.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas guiadas pelos pontos de referência contidos no roteiro da entrevista, deixando o entrevistado falar livremente durante tal momento. O registro das respostas levantadas foi feito por meio da gravação de áudio e posterior transcrição das respostas pela própria entrevistadora. Após a transcrição, o material foi devidamente desgravado.

Resultados e discussão

Conforme a proposta do trabalho de elucidar as representações sociais sobre violência em egressos prisionais da cidade de Uberlândia, os resultados e as discussões apresentadas possuem como alicerce dois processos

que geram o fenômeno das representações sociais: a ancoragem e a objetificação (MOSCOVICI, 2009).

O mecanismo da ancoragem tem como finalidade tornar o estranho em algo familiar, contribuindo para a atribuição de sentido a acontecimentos, pessoas, grupos e fatos sociais. Já o processo de objetificação procura transformar o abstrato em algo concreto; ela é descrita como “o processo que dá materialidade às ideias, tornando-as objetivas, concretas, palpáveis” (PADILHA, 2001, p. 71).

Assim, ao percorrer essa orientação metodológica, por meio da linguagem e dos discursos

trazidos pelos egressos procuraram-se as representações sociais dos entrevistados sobre o fenômeno da violência. Tendo em vista que promover a comunicação e o compartilhamento da realidade constitui uma das finalidades fundamentais das representações sociais, passa-se a dar voz a cada um dos egressos e a suas experiências com a violência, desde a infância até a saída do sistema carcerário.

Jorge

Tem 28 anos. Relatou que nunca sofreu violência por parte de seus cuidadores e que, em relação ao período da infância, lembra-se apenas das brigas na escola, sendo que já se envolveu em brigas com outros alunos, mas considera isso normal, como algo que faz parte do ambiente escolar e do período de infância. Com relação ao ambiente de trabalho, afirmou sempre ter tido um bom relacionamento com as pessoas no atual emprego e nos empregos anteriores à detenção. Já na prisão, relatou ser testemunha de várias cenas de agressões entre colegas e também por parte dos agentes penitenciários. Nesse sentido, lembra-se das dificuldades de conviver com várias pessoas em um espaço reduzido. Após a saída do sistema prisional, não vivenciou nenhuma situação de violência que pudesse estar relacionada ao fato de ser egresso do sistema carcerário. Por fim, para ele, violência é todo tipo de agressividade em suas várias formas. Exemplifica que o uso de drogas é um tipo de violência contra si mesmo, contra a própria saúde, e acredita que em praticamente todos os lugares e em todos os momentos há violência. Foi detido por tráfico de drogas.

José Carlos

Tem 26 anos. Diz não ter sofrido violência por parte dos pais no período da infância. Con-

tou que já presenciou discussões de seus pais, mas que não reconhece isso como uma forma de violência. No mundo do trabalho nunca sofreu ou vivenciou situações de violência. No ambiente carcerário, disse que viu situações de agressão entre pessoas da sua cela e das outras celas, mas que nunca se envolveu em nenhuma delas. Para ele, violência na prisão é algo comum, entendendo-a como briga e agressão (verbal ou física). O entrevistado ainda percebe a violência como um fenômeno cíclico, no sentido de violência gerar violência. Foi preso por roubo.

Clara

Tem 21 anos. No período da infância, contou que apanhava da avó, que a criou, por fazer bagunça (a mãe de Clara faleceu quando ela tinha cinco anos), mas acha normal uma criança ser corrigida dessa forma. Morava numa casa com muitas pessoas (tios e avós) e presenciou, quando criança, várias brigas que nomeou de “brigas de gente grande”, ou seja, com “murros na cara”. Na escola, lembrou que sempre foi muito “briguenta” e “encrenqueira” e, quando brigava, apanhava (puxões de orelha e tapas) da avó, na escola e em casa. No ambiente de trabalho, nunca sofreu qualquer tipo de violência. Com relação à prisão, disse apenas que teve desentendimentos com uma pessoa da sua cela, e só não houve agressão porque as agentes penitenciárias chegaram. Segundo ela, o bloco feminino na prisão costuma ser mais tranquilo em comparação ao masculino, quando o assunto é a ocorrência de violência. Depois da saída carcerária, também não sofreu qualquer violência por ser egressa prisional. Finalmente, para ela, violência é uma pessoa tirar a vida da outra, pelo uso de drogas ou por outros motivos. Detida por furto.

Carlos

Tem 25 anos. Informou que nunca sofreu violência por parte dos seus pais, mas, aproximadamente aos oito anos, presenciou diversas situações de violência doméstica do pai batendo na mãe. Destaca-se que o entrevistado atribui a culpa ao vício do pai com jogos de cartas. A mãe nunca denunciou essa situação, e o irmão mais velho dele, muitas vezes, entrava na briga em favor da mãe. No período escolar, Carlos contou que se sentia perseguido por andar sempre bem arrumado e por ter lanche. Desse modo, os outros alunos queriam tomar suas coisas e ele se envolvia em brigas, chegando a ter fraturado o nariz de um deles. Para ele, isso é normal, é algo da fase de criança. No mundo do trabalho, nunca houve situação de violência, e, no sistema prisional, contou com detalhes sobre discussões por causa dos seus pertences e sobre uma situação com uma pessoa de outra cela que tinha sido preso por estupro e que apanhou bastante das outras pessoas da cela. Ilustrou também uma situação em que uma pessoa de outra cela se suicidou, pois teria usado crack a noite inteira e não tinha dinheiro para pagar o traficante. Com relação aos agentes penitenciários, ele relatou que sofreu violência verbal e física numa ocasião em que foi levado ao fórum. Para ele foi “sacanagem” dos agentes, relatando que eles o humilharam e fizeram maldades, mesmo sem ele nunca ter tido problemas com nenhum deles na prisão. Após a saída do sistema prisional ele disse que se sentiu discriminado por seus vizinhos e pelas pessoas do seu bairro. Quanto à sua definição de violência, ele relatou que tudo que envolve tráfico de drogas é uma forma de violência; para ele, uma pessoa drogada é violenta, pois ela mata e rouba em função do uso

de drogas. Ressaltou que a maioria das pessoas que conhecia morreu de forma violenta (tiro no rosto, no peito, facada), por causa de dívidas com drogas. Carlos associou pobreza com criminalidade, além de acreditar que todo ser humano é violento e que a busca por dinheiro e por bens materiais está na origem da violência. Detido por porte ilegal de armas.

Marcos

Tem 27 anos. Relatou que nunca sofreu violência nem presenciou situações semelhantes envolvendo seus pais, durante a infância. Contou que brigou várias vezes por causa de bola e outras brincadeiras na escola, mas que acha algo normal dessa fase. No trabalho, nunca teve ocorrência de violência. Já na prisão afirmou que sempre existiram brigas, tentativas de homicídio com armas brancas, assassinatos ou situações de rebelião em que os presos invadiam o bloco seguro para agredir ou matar pessoas que estivessem lá. Após a saída do sistema carcerário, não vivenciou situações de violência. Para ele, esta se manifesta de diferentes formas: contra a mulher, no crime ou gerando morte. Detido por tráfico de drogas.

João

Tem 27 anos. Relatou que trabalhava para seu pai na área da construção civil e, no que se refere a dificuldades de relacionamento com o pai, ele disse que era humilhado na frente de todos e não era remunerado corretamente. Saliou que presenciou inúmeras situações de brigas entre o pai e a mãe por causa de religião e por traições conjugais do pai. Acerca do período na escola, mencionou aspectos de *bullying* por ser pobre e morar numa região sem asfalto, além de diversas situações de brigas no

que concerne a brincadeiras, como o futebol. Quanto ao trabalho, falou sobre o sonho de jogar futebol profissional – algo que foi barrado pelo pai – e a necessidade de trabalhar para ele na construção civil, mesmo sendo desmoralizado por seu genitor. Não recebia por seu trabalho, e o pai o cobrava pelos alimentos e moradia em casa. Conforme João, seu pai desejava que ele seguisse a mesma profissão que a sua, pedreiro, mas João não queria. Lembrou que aos 15 anos saiu de casa, pois estava num período muito difícil de relacionamento com o pai, tendo morado na casa “de um e de outro”. Retornou para casa a pedido da mãe, mas a situação complicada com o pai não se alterou. Afirmou nunca ter sido agredido fisicamente por ele, mas que se sentia rejeitado e inferior no que tange aos outros irmãos, que eram tratados com carinho. O entrevistado aponta que não foi um filho desejado pelo pai, pois, conforme sua mãe lhe contou, durante a gravidez seu pai pediu para ela abortá-lo. Já no que diz respeito ao sistema prisional, João trouxe cenas ricas em detalhes permeadas de situações de violência, especialmente por ter sido julgado e condenado por assalto, sendo uma das vítimas um policial. Numa dessas cenas, ele contou que foi espancado pelos agentes penitenciários, que o algemaram para agredi-lo e só pararam de bater quando os outros presos começavam a se agitar e bater nas celas ou quando os agentes percebiam que ele estava muito ferido ou descordado. Contou que tudo isso foi consequência do assalto, posto que foram violentos com as vítimas. Segundo ele, desses espancamentos resultaram marcas visíveis no seu rosto e nos seus dentes (o entrevistado apresentava os dentes espaçados, deslocados para a frente, além de quebrados). Disse que participou de rebeliões,

era criticado por causa de seus dentes e ficou muito revoltado. Tentou fugir várias vezes, o que resultou em transferências para cadeias de diferentes cidades. Após o aprisionamento, não sofreu violência por ser egresso prisional; ele afirmou que tem buscado se manter mais quieto e em paz. Para ele, violência “é tudo que existe de ruim, falta de respeito, agressão, tudo que prejudica uma pessoa, que tira a pessoa do seu estado normal é violência”. Reconhece que fez mal para as pessoas vítimas do assalto do ônibus, e que hoje sente medo de ser reconhecido pelas pessoas e, sobretudo, pelo policial. Foi detido por roubo e formação de quadrilha.

Paulo

Tem 27 anos. Disse que foi criado pela mãe e teve como referência paterna seu tio, pois não conheceu o pai. Disse nunca ter sofrido violência por parte de seus responsáveis. No entanto, já vivenciou discussões familiares entre seus tios, mas que não culminaram em violência física. No período da escola, disse ter sofrido *bullying* por ser negro e, por se sentir discriminado, envolveu-se em inúmeras situações violentas com agressões físicas. Relata que se associou aos “malandros” da escola, pois, conforme a fala de Paulo, com eles ninguém se atrevia a mexer. No que concerne ao mundo do trabalho, nunca observou situações de violência. Já no que diz respeito ao período na prisão, o entrevistado descreveu com detalhes rebeliões, brigas de comandos e organizações criminosas por poder dentro da prisão, discorreu sobre os objetos utilizados como armas, contou sobre as violências cometidas contra outras pessoas por causa de seus delitos, o uso de drogas dentro da cadeia e as violências cometidas pelos agentes penitenciários contra os detentos. Após o

aprisionamento, não sofreu qualquer tipo de violência, mas relatou que sente dificuldades de se relacionar com os outros. Sua definição de violência: “Violência pra mim é uma doença, que todo ser humano tem”. Para ele, todo indivíduo tem uma parcela de violência, inclusive as crianças. Por isso, acredita que é algo a ser dominado. Foi preso por roubo.

Ricardo

Tem 36 anos. Relatou que foi criado pela irmã, uma vez que seus pais faleceram quando era criança. Disse ter apanhado muito (ao ponto de ficar com hematomas) do marido da irmã, e acredita que tenha sido por ciúmes entre ele e a irmã e por causa de bagunças. O esposo da irmã era alcoolista e batia nela, inclusive. Com relação à escola, afirmou que era muito “atentado” e brigava constantemente, mas para ele eram brigas normais de criança. Depois, foi morar num colégio interno rígido e passou a se comportar bem nesse local. No trabalho, nunca vivenciou qualquer situação de violência. Já no sistema prisional, disse que nunca se envolveu em brigas, mas vivenciou cenas horríveis de violência, de morte, de pessoas levando facadas e sendo pisadas por muitas outras. Após a saída do sistema prisional, não sofreu qualquer tipo de violência. Por fim, para ele, a violência inicia-se verbalmente e é uma forma de agredir outra pessoa. Foi detido por furto.

Infância: violência como forma de “cuidado” e sua invisibilidade no ambiente familiar

Cinco dos oito entrevistados afirmam que nunca sofreram ou presenciaram cenas de violência na infância. Preservar essa infância de ser maculada pela palavra “violência”, pela

lembração de vivências das diversas formas de violência, parece um esforço desses sujeitos para manter em seu discurso a representação social de uma infância feliz.

Ricardo, Clara e Paulo cresceram em famílias sem figuras paternas e maternas. Ricardo vivenciou a morte do pai e da mãe na infância; Clara perdeu a mãe aos cinco anos; e Paulo não conheceu seu pai. Tem-se clareza de que a mera presença de figuras paternas e/ou maternas não garante a não violência doméstica, mas as perdas vivenciadas pelos três sujeitos podem indicar situações de desamparo na infância.

Nesses termos, Ricardo e Clara relatam a experiência com violência doméstica enquanto eram crianças, violência perpetrada pelos cuidadores encarregados de suprir a ausência dos genitores. Segundo Pires (2000), crianças que sofrem violência física apresentam comportamentos agressivos com irmãos e colegas na escola, condutas agressivas e antissociais na adolescência, relações de gênero violentas com seus companheiros e com seus filhos, bem como chances de cometerem crimes violentos no futuro.

Esse aspecto vem ao encontro das proposições de Neves (2008), segundo o qual predomina a noção de que a uma boa criação implica castigos e surras por parte dos cuidadores. De acordo com os entrevistados pelo pesquisador, o amor e o bater constituem o mesmo campo de afeto.

Ricardo expressa que já sofreu violência durante a infância/adolescência, enquanto José Carlos, Clara, Carlos, Paulo e João rela-

taram que não sofreram violência na infância, mas a maioria deles sofreu violência psicológica nas relações intrafamiliares como testemunhas: brigas entre os genitores e/ou outros parentes – José Carlos, inclusive, reforça que testemunhar tais acontecimentos entre os pais não foi uma violência. Percebe-se a legitimação somente da violência física, como também a negação da violência psicológica sofrida na infância e de suas consequências ao longo do ciclo vital.

Uai, me batia, me dava murro, me batia de correia. [...] Ela [irmã do entrevistado] sabia, eu contava pra ela, ou ela chegava do trabalho e eu tava de castigo no quarto, não podia sair (Ricardo, 36 anos, 2011).

Ricardo expressa diretamente que sofreu violência física por familiar (esposo da irmã) e pontua a relativa impotência da irmã diante da situação, uma vez que ela também era vítima do agressor.

Já teve briga normal [...]. Já vi discussão, já vi muito, mas que marcou não (José Carlos, 26 anos, 2011).

Qual família que não discute relacionamento deles mesmo, né? [...] Coisas fúteis, nada pra chegar a uma agressão (Paulo, 27 anos, 2011).

O entrevistado José Carlos utiliza o termo “normal” para qualificar as brigas que teria presenciado durante o período da infância, enquanto Paulo nomeia as discussões de família como algo fútil. De fato, ambos explicitam que representam esse tipo de violência como algo natural, quase inerente ao ambiente familiar e a essa fase de desenvolvimento.

Eu via as brigas, ficava olhando. Eles não estavam nem aí, de eu e minha irmã e minhas primas ficar (*sic*) vendo (Clara, 21 anos, 2011).

Enquanto isso, a entrevistada Clara conta que o fato de as crianças observarem as situações de violência na sua família não inibia sua ocorrência e não despertava a preocupação dos adultos para o quão prejudicial isso poderia ser.

Briga dentro de casa, desentendimento dentro da própria família, cachaça, pai batendo na mãe, aí os filhos vê aquilo, não aceita (*sic*). [...] Já vi meu pai bater na minha mãe umas duas vezes (Carlos, 25 anos, 2011).

Carlos, apesar de relatar que não sofreu violência física durante a infância, menciona a indignação de observar a ocorrência de brigas entre os pais. Já o entrevistado João discorre sobre as discussões entre os pais e traz, em seu relato, a vivência da violência psicológica na relação com seu pai.

Discussão mesmo, porque meu pai queria que minha que mãe fosse evangélica e ela não foi. [...] Tinha uma traição também, por parte dele. Aí minha mãe descobriu (João, 27 anos, 2011).

Me desmoralizava (*sic*) esquisito. Na frente de qualquer pessoa. Isso foi fazendo eu me afastar dele, fazendo eu ficar mais revoltado. Até que eu um dia não aguentei mais, aí comecei a discutir com ele, saí de casa (João, 27 anos, 2011).

A violência psicológica impede a criança de ter um crescimento emocional e intelectual coerente com seu ciclo de vida a partir de agressões verbais, isolamento de vivências através de experiências sociais, instauração de uma políti-

ca de medo, rejeição ou cobranças exacerbadas ou expectativas irreais (BRASIL, 1993). João sofreu violência psicológica, mas não a nomeia nem se percebe como vítima. Deixa claro que nunca foi alvo de violência física, a única reconhecida pelos entrevistados de modo geral.

Ao considerar o enredo familiar, notou-se que todos os entrevistados vivenciaram, na condição de testemunhas, situações de violência entre familiares ou adultos que cuidaram deles. Assim, pode-se perceber que no âmbito doméstico também se configuraram relações conflituosas e violentas.

A partir dessa representação social sobre o direito de os pais utilizarem o castigo físico com seus filhos, constata-se o poder disciplinador dos pais e a responsabilização do papel da vítima nessa história (PANNUNCIO-PINTO, 2006). As histórias sobre as infâncias recordadas nas entrevistas trazem representações sociais de pais, convivências familiares e sociais coerentes com a objetivação de uma família vista como muito boa, e seus discursos preservam essa organização mental que elaboraram sobre suas infâncias. As situações vivenciadas não foram interpretadas ou ressignificadas como cenas de violência.

A violência na escola

No tocante ao ambiente escolar, espera-se, no campo do ideal, que nesse espaço haja aprendizagem e vivência do processo civilizatório, propiciando trocas essenciais para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos: “a própria escola, enquanto campo de conflituosidade que configura a interação entre jovens e instituições do mundo adulto, deve ser investigada e submetida à crítica” (SPOSITO, 2001,

p. 100). Por meio da fala dos entrevistados, observaram-se ocorrências de violência entre os escolares, assim como entre os professores.

Já briguei na escola por causa de bola, esses trem (*sic*). Teve que chamar os pais. [...] Foi de soco. Não lembro o porquê, mas a maioria por causa de bola (Marcos, 27 anos, 2011).

Em toda escola tem aquela galerinha assim, tipo galerinha do mal, sempre. Então, por a gente ser menor, e eles, porém, ser maior vinha querer tomar os trem (*sic*) da gente, esno-bar mesmo e zuar a gente mesmo (*sic*) (Paulo, 27 anos, 2011).

Essa violência relatada pelos egressos prisionais aparece na forma de *bullying*, que é um assunto de destaque, especialmente do setor midiático, diante dos acontecimentos atuais. De acordo com Marriel, Assis, Avanci e Oliveira (2006, p. 37), o *bullying* “caracteriza-se por atos repetitivos de opressão, tirania, agressão e dominação de pessoas ou grupos sobre outras pessoas ou grupos, subjugados pela força dos primeiros”. Entre os resultados obtidos, emergiram situações de *bullying* na forma de preconceito em relação às pessoas de baixa renda, padrões estéticos e também como discriminação racial.

Um dos entrevistados relatou que foi vítima de *bullying* pelo fato de morar numa região periférica e ser de família de classe menos favorecida.

No lugar onde que eu morava, era rua de terra, entendeu? Quando chovia, tinha barro e tal, aí eu ia a pé pra (*sic*) escola e chegava

lá com meu tênis sujo de barro. Eles ficavam me zoando, eu ficava muito nervoso (João, 27 anos, 2011).

A partir da situação de *bullying* e discriminação racial, outro entrevistado apresentou a seguinte fala:

Já sofri discriminação por minha cor, isso [...] me sentia o patinho feio, né? Diferente, né? (Paulo, 27 anos, 2011).

Concernente à discriminação racial, é interessante destacar o contorno diferenciado que esse tipo de violência tem assumido ao longo do tempo, uma vez que a existência de leis que de certa forma inibem a demonstração de preconceito levam à ocorrência deste de forma velada. A Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor como inafiançáveis e institui a pena de reclusão de um a três anos e multa para este tipo de delito (BRASIL, 1997).

Outro aspecto importante contido nas falas das pessoas entrevistadas refere-se a um processo de naturalização da violência no espaço escolar. Brigas e agressões aparecem no discurso de todos os entrevistados como algo normal e comum, constituindo o cerne do senso comum para as representações sociais. Seguem alguns relatos:

Na escola, todo mundo briga né? Todo mundo briga, mas isso é normal na escola (Jorge, 28 anos, 2011).

Briga sempre tem na escola [...] já briguei umas três, quatro vezes. Por causa de bola, esses trem (*sic*) (Marcos, 27 anos, 2011).

As consequências da violência escolar são inúmeras, podendo acarretar desde dificuldades na aprendizagem, como medo de frequentar a escola, até a evasão escolar. Essa instituição passa a ser, portanto, um local privilegiado para a veiculação de informações e para a prevenção sobre o que é violência contra crianças e adolescentes, bem como para a divulgação das formas, serviços e programas especializados para denúncia e tratamento de vítimas, agressores e testemunhas.

No ambiente escolar, percebe-se que os entrevistados mantêm uma representação social ancorada na imagem de normalização e aceitação da violência. É, pois, difícil determinar o que é intolerável nestes casos para os sujeitos entrevistados.

Ao verificar que a aquisição de escolaridade é uma das condições para o ingresso no mercado de trabalho, foi levantado também o questionamento sobre a violência no mundo do trabalho, e nenhum entrevistado relatou que vivenciou tal situação. Com relação a esse ponto, alguns entrevistados relataram que sempre trabalharam com familiares (pais e sobrinhos); outros disseram que, no ambiente de trabalho formal, mantinham boas relações interpessoais; e os demais pontuaram que exerciam suas funções como autônomos (carroceiro, vendedor e doméstica). Salientaram, ainda, que não sofreram violência no ambiente de trabalho, em virtude de terem trabalhado com parentes ou como autônomos.

O cárcere: espaço de socialização negativa pela via da violência

Nos dizeres de Goffman (1992), as prisões são instituições totais que controlam (ou

buscam controlar) a vida dos indivíduos a elas submetidos. Nelas, os sujeitos são despojados de sua autonomia e precisam se conformar com um universo repressivo e uniformizante.

As falas e cenas a respeito de situações violentas vividas no sistema prisional foram, em todos os casos, ilustradas de maneira bem vívida e com riqueza de detalhes.

Ilustrando o caráter repressivo da prisão, os entrevistados relataram o uso da violência por aqueles que possuem a função de manter a ordem e a disciplina dos encarcerados. Logo, na maioria dos relatos há situações de violência cometida pelos agentes penitenciários:

Um dia eles iam me levar pro fórum pra (*sic*) uma audiência [...]. Aí me algemou pra trás, eu lá algemado de cabeça baixa. Aí um lá veio e me chamou de lixo, me deu um tapa na cara, no rosto, na orelha assim, me chamou de lixo, depois me jogou dentro da viatura lá (Carlos, 25 anos, 2011).

Já vi eles (*sic*) batendo num preso, mas muitas coisas eles encoberta (*sic*), né? Acontece muitas coisas lá que eles encoberta (*sic*), não deixa (*sic*) a mídia ficar sabendo (Marcos, 27 anos, 2011).

Marcos, além de expressar as vivências de violência que o marcaram nesse período de estadia na prisão, traz à tona a denúncia sobre o funcionamento das prisões onde a violência institucionalizada existe, mas permanece velada.

eu apanhei dos agentes, algemado pra trás que nem um cachorro, como bicho. Isso machucou meus dentes (João, 27 anos, 2011).

Dentro do mecanismo disciplinar do sistema penal e do processo de “educação dos presos”, Baratta (2002, p. 185) relata que “a maneira pela qual são reguladas as relações de poder e de distribuição de recursos, [...] na comunidade carcerária, favorece a formação de hábitos mentais inspirados no cinismo, no culto e no respeito à violência ilegal”. Assim sendo, a violência no sistema carcerário é ilegal, porém, institucionalizada.

No tocante às relações de violência entre os presos, todos os entrevistados postularam situações de violência em que se envolveram ou que testemunharam. Houve relatos sobre suicídios, assassinatos, agressões verbais e físicas, punições a outros presos em virtude do crime cometido, rebeliões e disputa de poder entre gangues dentro da prisão, sendo que, na maioria deles, a crueldade e a tensão presentes nos casos ilustrados eram evidenciadas por meio de gestos, nas vozes e nos detalhes oferecidos por alguns dos entrevistados. Carlos discorre detalhadamente sobre as situações de violência. Ele demonstra certa familiarização com tais vivências, mas, ao mesmo tempo, expressa horror diante das situações que presenciou.

Eu já presenciei o cara suicidar, fumou crack a noite inteirinha, fiado. [...] eu só vi ele (*sic*) passando mesmo, com o lençol amarrado no pescoço, um pedaço, ele morto, eles puxando ele (*sic*) na galeria (Carlos, 25 anos, 2011).

Paulo e Ricardo narram as situações de violência que presenciaram e buscam apresentar possíveis causas para os acontecimentos. Paulo entende que a violência é um ciclo que pode ter como disparador a inveja e a divisão entre grupos rivais.

Tudo gera violência, inveja, facção, ou seja, divisão. Isso tudo gera violência, é o que mais tem dentro da cadeia, é isso, se chama: “um tem a palavra final”. Ou seja: tem que ser assim ou é assim [...]. Então, a maneira que os presos acham pra ser resolvido (*sic*) é na violência (Paulo, 27 anos, 2011).

Vive acontecendo, gente levar facada, ser pisada por várias pessoas [...]. Geralmente, a pessoa que maltrata outra pessoa, às vezes é dívida, às vezes é problema que aconteceu aqui fora, e chega lá eles cobra (*sic*) (Ricardo, 36 anos, 2011).

As pessoas entrevistadas disseram sobre os objetos utilizados como arma dentro da cadeia (vassoura, escova de dente, pedaço de ferro, pedra, gilete), e contaram sobre a “ética do crime”, em que são cometidas violências contra outras pessoas por causa do delito delas (o estuprador; o “cagueta” – delator; o “rato de mocó” – quem rouba drogas dos esconderijos; o “extorquidor” – quem rouba os pertences dos outros dentro da prisão; e o “talarico” – quem “mexe” com a mulher do próximo).

Além da configuração de relações marcadas pela via da violência no sistema prisional, existe um sistema não oficial de regras que rege a vida dos encarcerados. Mediante tais aspectos, é notável que o conceito de ética para alguns dos entrevistados aparece associado à moral, a qual remete a um conjunto de valores considerados corretos por determinado grupo (SEGRE; COHEN, 2002). Assim, o conceito de ética para eles assumiria um contorno diferenciado, e não universal.

Entende-se, portanto, que o cárcere configura-se na ancoragem de familiarização com violência e na objetivação de experiências, vivências e informações concretas entre os encarcerados que sustentam o processo de socialização pela violência.

De volta à sociedade: os egressos do sistema prisional

Para os egressos prisionais, o retorno à sociedade significa o início de um processo de reconstrução da vida em liberdade, muitas vezes cheio de percalços.

As questões relacionais consigo mesmo, conflitos pessoais, traumas, sentimentos de fracasso, rejeição e abandono, causados pelas agressões, humilhações dentro ou ainda fora da prisão, dificuldade de (re)ingresso no trabalho e os conflitos relacionados à sua família são fatores que marcam a trajetória desses sujeitos (BORDIN, 2007, p. 34).

Entre as dificuldades desse retorno à vida social fora da prisão, as pessoas entrevistadas asseveraram que o período de adaptação a uma nova rotina é algo difícil, especialmente quando se sentem discriminados por serem egressos prisionais.

Tem muitos lugares que você é discriminado, igual no bairro mesmo, os vizinhos já te olham meio assim, né? Tava preso [...]. E quando eu tava usando droga era pior, porque você vê que as pessoas te trata (*sic*) mal, você vê que tá sendo excluído, você chega no meio (*sic*) das pessoas e vê que elas tenta esquivá ali pra (*sic*) sair fora e você sente isso (Carlos, 25 anos, 2011).

Outros entrevistados ressaltaram que procuram ficar mais isolados após a saída do sistema

prisional. Eles evitam todos os tipos de relacionamentos com outras pessoas, sobretudo aqueles que eles julgam que, de alguma forma, podem influenciá-los no retorno à criminalidade.

Mediante os dados apresentados, é possível perceber que, dentro do percurso de vida das pessoas que passaram pela privação de liberdade, aparecem várias histórias de violência e diferentes formas de representá-la. Para Moscovici (2009), as representações estão presentes em todas as interações humanas e estão ligadas a maneiras de criações coletivas que dependem das condições de vida social em que foram produzidas.

Nesse contexto, quanto à maneira pela qual os entrevistados representam o fenômeno da violência, houve associação de violência ao tráfico e consumo de drogas. Outros entrevistados apontam que a violência é algo inerente ao ser humano, caracterizando-a como uma doença, e os demais indicam que ela é uma forma de agressão, que atinge outra pessoa de modo negativo.

Essa maneira de representar a violência encontra-se estreitamente ligada às vivências dos egressos prisionais que apresentaram informações sobre a experiência do consumo de drogas ou envolvimento com o tráfico num processo de objetificação, além de terem vivido diferentes situações de violência ao longo da vida, nomeadamente no ambiente penal. Isso ilustra o fenômeno da ancoragem na edificação da concepção de violência para esses sujeitos.

Sobre esse ponto, os dados colhidos no estudo vão ao encontro da teoria das representações sociais. Conforme Guareschi e Jovchelovitch (1995), as representações vão além de um traba-

lho individual do psiquismo, pois são construções coladas ao tecido social e perpassam identidades, interesses e lugares sociais. Isso corrobora que as vivências dos entrevistados permeiam suas representações sobre o fenômeno da violência.

Considerações finais

Historicamente, a existência de bodes expiatórios é legitimada quando se pretende justificar a violência que é própria de cada ser humano, assim como problemas econômicos e sociais gerados no seio da sociedade, ocasionando uma falsa sensação de alívio para os postulados cidadãos de bem. Parece ser mais cômodo associar problemas socialmente produzidos a uma parcela da população (pobres, negros, ex-presidiários), do que se responsabilizar pela situação, assumindo os desafios evocados por essa postura.

Também está presente nos discursos dos entrevistados o sentimento de invisibilidade social, como se a identidade agora possível, a de ex-presidiários, transformasse esses indivíduos em pessoas ignoráveis. Sendo essa parcela da população considerada socialmente como merecedora de desprezo, são invisibilizados também os desejos que habitam tais sujeitos, que passam a ser cidadãos de terceira classe, ou lixo, como relatou um dos entrevistados. Tornam-se “traidores” da sociedade, párias, e devem ser gratos por qualquer quinhão de crédito que lhes seja oferecido, a despeito de sua realização pessoal, como se esta já não lhes fosse mais de direito.

Percebe-se que as representações sociais sobre a violência e o encarceramento não estão

bem compreendidas como um fenômeno resultante de uma cultura violenta e segregadora imbricada nas histórias de cada indivíduo, de sua família e relações sociais, políticas, econômicas, de empregabilidade, de drogadicção, educacionais e culturais.

As representações sociais do fenômeno da violência pelos sujeitos da pesquisa mantêm-se ancoradas na concepção de normalização e familiarização com a violência e na objetificação das numerosas vivências de situações violentas ao longo das suas vidas. Isso implica a fragilização na tentativa de determinar o que é aceitável e tolerável dentro dessas vivências. Outro aspecto relevante diz respeito a quanto a experiência do cárcere na vida desses sujeitos permeia

seus discursos sobre a representação do fenômeno da violência após a saída do sistema prisional.

No limite entre a omissão e o comprometimento com tal assunto, encontra-se o olhar dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que podem: investigar a história dos cárceres que, desde tempos remotos, implicam submissão, disciplina e formação de sujeitos passivos; penetrar no universo prisional e em instituições que excluem, estigmatizam, sinalizam estilos de sobrevivência nesse sistema permeado de violência, buscando compreender as consequências que tal forma de confinamento gera na subjetividade dessas pessoas; e problematizar o paradoxo que é a lógica do aprisionamento, a qual propõe reintegrar uma pessoa à sociedade, segregando-a.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 1-22, 1996.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BORDIN, N.; BORDIN, I. C. B. O perfil do egresso prisional. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 11, n. 6, p. 27-38, 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 1997. Disponível em: <http://200.181.15.9/CCIVIL_03/LEIS/L7716.htm>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- BRASIL. Ministério da Justiça – Sistema Prisional. **Relatórios estatísticos analíticos do sistema prisional de cada Estado da Federação**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Violência contra crianças e adolescentes**: proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1993.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- FREUD, S. O Mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI. (Original publicado em 1930).
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITH, S. (Orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARRIEL, L. C.; ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q.; OLIVEIRA, R. V. C. Violência escolar e auto-estima de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 35-50, 2006.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores., 1978
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NEVES, A. S. **Família no singular, histórias no plural**: a violência física de pais e mães contra filhos. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- PADILHA, M. I. C. S. **Representações sociais**: aspectos teórico-metodológicos. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001.
- PANUNCIO-PINTO, M. P. **O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos** – uma análise do discurso. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PIRES, J. M. A. Violência na infância – aspectos clínicos. In: UNICEF. **Violência Doméstica**. Brasília, DF: UNICEF, 2000.
- SEGRE, M.; COHEN, C. (Orgs). **Bioética**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001.

Representações sociais sobre a violência em egressos do sistema prisional

Thalita Mara Santos e Eleusa Gallo Rosenberg

Resumen

Representaciones sociales sobre la violencia en expresidarios

El presente trabajo tiene como objetivo identificar aspectos de las vivencias, especialmente aquellas relacionadas con las situaciones de violencia, de los expresidarios de la ciudad de Uberlândia (Minas Gerais), y conocer las representaciones sociales de los entrevistados sobre la violencia. La unidad de investigación comprendió ocho expresidarios atendidos por el Programa de Inclusión Social de Egresos del Sistema de Prisiones (PrEsp) de Uberlândia. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con la grabación en audio de las respuestas, discutiéndose la naturalización de la violencia en la infancia como forma de cuidado, el proceso de socialización de la violencia en el espacio escolar y la convivencia en el ambiente penal, marcada por la vía de la violencia. Por último, se analiza cómo se representa socialmente el fenómeno de la violencia y su relación con el tráfico y consumo de drogas, así como las experiencias de los expresidarios con diversos tipos de agresiones.

Palabras clave: Representaciones sociales; violencia; expresidarios.

Abstract

Social representations of violence in former convicts

This article aims to identify aspects in experiences, particularly those related to occurrences of violence, in the lives of former convicts processed through the legal system in the city of Uberlândia, Minas Gerais, and to understand social representations of violence of those interviewed. The focus group was made up of eight former convicts who were part of the Uberlândia PrEsp Program (The Program for Social Inclusion of Former Convicts). Semistructured interviews were conducted and responses were recorded, discussing the naturalization of violence in childhood as a form of care, the process of socialization of violence at school and the prevalence violence within the penal system. Finally, an analysis was made on how the phenomenon of violence is represented socially and its relation to the trafficking and consumption of drugs, as well as the experiences of former convicts in various types of aggression.

Keywords: Social representations; violence; former convicts.

Data de recebimento: 29/03/2013

Data de aprovação: 05/02/2014

